



OMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 67/2019

Data: 12/08/2019 - Página 1 de 1

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 067/2019 que *“Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.”*

Relatório:

Visa o presente Projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, buscar autorização do legislativo para abrir no orçamento vigente crédito adicional especial no valor de R\$ 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais), a serem distribuído em dotações da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Agronegócio, com a finalidade de adquirir equipamentos agrícolas.

Fundamentação:

A iniciativa de deflagrar o processo legislativo está corretamente exercida, pois pertence ao Executivo Municipal a competência privativa para iniciar o processo, nos termos do art. 165, inciso III da Constituição Federal.

No tocante à matéria orçamentária, verifica-se que o presente Projeto de Lei compreende os requisitos necessários para a abertura de crédito adicional especial, sob o respaldo do art. 41, inciso II, e do art. 43, § 1º, incisos II e III da Lei nº 4.320, de 1964.

O referido crédito será suportado com recursos provenientes de excesso de arrecadação e anulação de dotação.

Lei 4320/1964 – Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Constituição Federal

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

III - os orçamentos anuais.

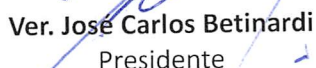
Opinião:

Pelo exposto, opina-se pela tramitação do Projeto de Lei nº 067/2019 em análise.

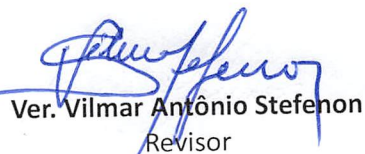

Ver. Nereu Hilário Rossetto

Relator

Voto do Presidente: **Aprova o Parecer**


Ver. José Carlos Betinardi
Presidente

Voto do Revisor: **Aprova o Parecer**


Ver. Vilmar Antônio Stefenon
Revisor